

ENTREVISTA:**MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULILO E OS CAMINHOS DO FEMINISMO NO RURAL
BRASILEIRO**

MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULILO

KAROLYNA MARIN HERRERA

ANDREA BUTTO

Nossa entrevistada, Maria Ignez Silveira Paulilo, iniciou sua trajetória acadêmica no início dos anos 1970 quando cursou a graduação em Ciências Sociais pela UNESP, prosseguiu seus estudos na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, onde obteve seu título de mestra em 1976 e cursou o doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ, durante os anos 1980. Realizou estágio pós-doutorado na London School of Economics and Political Science nos anos 1996 e 1997. Lecionou e formou várias gerações de pesquisadoras a partir da sua atuação na Universidade Federal da Paraíba campus Campina Grande (hoje Universidade Federal de Campina Grande) e na Universidade Federal de Santa Catarina foi coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF) por três décadas. Foi pioneira nos estudos rurais feministas no Brasil.

Como surgiu seu interesse pelas mulheres rurais ainda na década de 1970, quando esse tema era praticamente invisível na academia brasileira?

Durante a graduação em Ciências Sociais, o livro *Mulher na Sociedade de Classes*, de Heleith Saffioti, me abriu os olhos para a questão de gênero. Já no mestrado, percebi que pouco ou nada se dizia sobre as mulheres rurais, apesar de eu estar num curso de Sociologia Rural). Havia um silenciamento, inclusive nos estudos de comunidade, que tratavam a família rural como unidade harmônica e fechada. Resolvi enfrentar esse vazio e investigar, mesmo sem ter uma linha estruturada para isso no programa. Assim nasceu minha pesquisa em Valparaíso-SP, onde entrevistei 129 famílias entre pequenos, médios e grandes proprietários, parceiros e assalariados.

129

Seu interesse inicial de pesquisa foi a relação das mulheres com a terra. Quais temas naquele período e no contexto atual considera relevantes?

Naquele momento, minha principal inquietação era entender quem eram essas mulheres

que trabalhavam, muitas vezes grávidas ou com filhos pequenos, sem sequer serem reconhecidas como parte da força produtiva, eram “membros não remunerados da família” para o IBGE. Com o tempo, temas como divisão sexual do trabalho, invisibilidade das atividades ditas “leves” e a precarização feminina tornaram-se centrais. Mas o difícil acesso das mulheres à terra, que se dava (e ainda se dá) quase somente pelo casamento, era um tabu. Hoje, continuo preocupada com o acesso à terra, as formas pelas quais as mulheres asseguram seus direitos, o reconhecimento profissional e os limites das políticas públicas que ainda tratam a mulher como “auxiliar” do produtor rural.

Você é estudiosa do trabalho das mulheres em distintas regiões do Brasil – Sudeste, Nordeste e Sul. Quais aprendizados podem ser extraídos dessa diversidade de campos de pesquisa?

Um dos principais aprendizados é que não existe uma “mulher rural” genérica. Hoje pode parecer um truismo, uma obviedade, dizer isso, mas não era décadas atrás. Hoje nem falamos em “feminismo” mas em “feminismos”. Em cada contexto, as mulheres assumem papéis específicos, na maioria das vezes invisibilizados. No Sudeste, me deparei com as volantes na colheita do café. No Nordeste, a figura das moradoras, mulheres que garantiam a subsistência de suas famílias em regime de sujeição extrema. O trabalho feminino sendo considerado “leve”, nas duas regiões e nas demais que pesquisei, em contraposição ao dos homens, que era “pesado”. No Sul, na produção leiteira, vimos que os homens estavam mais dispostos a assumir esta atividade depois de introduzida a ordenhadeira mecânica, enquanto a ordenha manual foi sempre atribuição das mulheres. O trabalho é leve porque a mulher o faz e não o reverso. Na fumicultura, vimos novamente como o trabalho das mulheres eram considerados inferiores aos dos homens por mais desgastantes, tediosos e nocivos que fossem. A diversidade dos campos me ensinou que é preciso olhar com atenção para as especificidades regionais que comportam as hierarquias e poderes específicos de cada lugar, caso contrário se corre o risco de não os ver.

Quais questões despertaram seu interesse pela análise das relações de trabalho em contextos específicos como a maricultura e a atividade leiteira?

A maricultura familiar em Florianópolis me interessou por ser uma atividade que, diferentemente da pesca, permite maior presença feminina. Identifiquei aí uma continuidade com a lógica camponesa: cultivo próximo à casa, cuidado com os “animais” (mariscos), uso da força de trabalho familiar, aumento da renda por meio de atividades femininas complementares, que remontam à história das mulheres do litoral que faziam

renda de bilro para terem algum dinheiro, principalmente quando seus maridos pescadores passavam meses embarcados. Na pequena produção leiteira, as mulheres ordenham e vendem o leite para fazer frente às despesas da casa e dos filhos. Quando o homem assume a atividade, o que acontece quando a atividade leiteira se torna a principal do estabelecimento, elas se ressentem muito da perda desta renda.

A partir dos anos 1990, a análise da ação coletiva das mulheres rurais ingressa na sua agenda de pesquisa. Quais aprendizados podem ser extraídos das suas pesquisas sobre o Movimento de Mulheres Camponesas e outros vinculados à Via Campesina?

O acompanhamento do Movimento de Mulheres Agricultoras (hoje MMC) foi fundamental para compreender os sentidos diversos da “igualdade de gênero”. As lutas das mulheres não são só por reconhecimento, mas também pela transformação das formas de produção, pela reforma agrária, pela agroecologia, pela defesa da água e da terra. Por exemplo, a ação direta contra os viveiros de mudas de eucaliptos da Aracruz Celulose, em março de 2006, que tanto irritou a grande imprensa do país, mostrou a articulação entre questões ambientais e de gênero. Também me levou a ver possibilidades de diálogo entre a visão essencialista da natureza feminina, presente no Movimento, e as interpretações mais construtivistas das feministas acadêmicas.

Em diversos momentos da sua trajetória, a senhora destaca o desconforto com categorias analíticas que homogeneizam o rural ou o feminino. Como essa inquietação teórica e política moldou sua abordagem crítica ao longo dos anos?

Desde minha primeira pesquisa em Valparaíso/SP, percebi que não fazia sentido falar de “a mulher rural” como uma categoria homogênea. Havia diferenças gritantes entre as mulheres de pequenas propriedades, que trabalhavam mesmo grávidas ou com filhos pequenos, e as mulheres das famílias de grandes fazendeiros, que estavam fora do trabalho agrícola direto, sendo substituídas por trabalhadoras sazonais. O mesmo se repetiu em outras regiões: o que chamavam de “trabalho leve” era, na verdade, um trabalho duro, mal pago, estafante – mas considerado leve por estar nas mãos das mulheres. Sempre questionei essas categorias prontas – “leve”, “rural”, “feminino” – que escondem as desigualdades que estruturam o campo e as relações de gênero. É preciso desconfiar dos conceitos genéricos, por causa da dificuldade que esses termos têm de captar poderes diferenciados, hierarquias diluídas à primeira vista.

Falando no artigo “O peso do trabalho leve”, um dos mais reconhecidos de sua trajetória, a senhora propõe uma crítica contundente às formas pelas quais o trabalho das mulheres é desvalorizado. Como essa noção se articula com sua crítica mais ampla à divisão sexual do trabalho nas famílias rurais?

Enquanto a família rural é vista como um “todo integrado”, a divisão sexual do trabalho é considerada “complementar”, ou seja, todos se ajudam para conquistar um propósito comum. Nada mais longe de uma realidade permeada por machismos; hierarquias entre os donos da terra, principalmente o pai, e filhos já maiores de idade; entre filhos homens e filhas mulheres; patrões e empregados, principalmente os diaristas; e preconceitos étnicos. Essa visão contém a mesma capacidade de “aplacar” as diferenças que a ideia de que há complementaridade, também, no casamento em que o homem entra com a terra e a mulher com o enxoval. Antes da lei do divórcio, pelo menos o regime oficial dos matrimônios, no Brasil, era o de comunhão geral de bens, o que fazia da mulher sócia da terra. Com o advento do divórcio e da comunhão parcial de bens como regra, se a terra for herdada pelo marido ou comprada por ele antes do casamento, a esposa não tem direito à propriedade. Seria preciso alterar o contrato nupcial estabelecido pela lei para um contrato de comunhão total de bens. Pesquisando, vimos que as mulheres, na sua grande maioria, não têm consciência disso e os cartórios não alertam. Por isso, mostrar desigualdades onde há uma aparente igualdade ou “soma de esforços iguais” é sempre muito importante.

Sua trajetória revela uma atenção constante à forma como sujeitos nomeiam sua própria realidade - como no caso dos “moradores”, “peões”, “volantes”, “assalariados sem INPS”. Que papel essa escuta tem na sua concepção de pesquisa e na construção de conhecimento situado?

Esse foi um comportamento que aprendi com a Antropologia. Antes de começar o doutorado, era menos atenta a isso. Porém, uma vez sendo iniciada nele, vi que tinha tudo a ver com minha admiração pela sociologia compreensiva de Max Weber e sua ênfase nas “visões de mundo”. Afinal, qual o modelo de mundo, seguramente diferente do meu, as entrevistadas têm? Às vezes, o modelo analisado é mais transparente, mas, em outras, ele é construído para encobrir intersecções dolorosas das vertentes estruturais. Como justificar o pagamento inferior pelo trabalho das mulheres? Dizendo que são leves. Como naturalizar a extrema exploração dos “moradores” (trabalhadores que moram na propriedade patronal) da cana do Nordeste? Naturalizando-a através da linguagem, tanto assim que um modelo de trabalho comum na região é chamado de “regime de sujeição” por todos: patrões, empregados e população em geral.

Ser “sujeito” nos canaviais nordestinos não é uma metáfora heurística como é dizer que se é “assalariado sem INPS (hoje INSS)” no caso dos produtores integrados do sul do Brasil. Ser sujeito é estar todas as horas do dia sob a pressão da vontade do patrão. Se ele chamar, vai. Se tiver que esperar em pé, segurando o chapéu na mão, até ser atendido, espera. Se recebe menos que outros assalariados por ter moradia, concorda. Se o patrão quiser entrar em sua casa, entra porque a casa é dele (patrão). Já os produtores integrados, que recebem os insumos das empresas e entregam a elas toda a produção, ao preço sobre o qual têm pouco poder, não se consideram “empregados”, ou seja, sem um chão de seu. Esta é, para eles, a pior situação que poderiam enfrentar, mesmo que tivessem direito ao INSS. O próprio sistema de integração é uma forma, para ele, de continuar sendo um produtor. Já quando os dirigentes das empresas dizem que o “contrato de integração” é um acordo livre entre dois produtores, querem apagar toda a hierarquia e as condições de vida que levam a que esse contrato não seja assim tão livre.

Quando se diz que as mulheres conseguem um “dinheirinho” vendendo “miudezas” como ovos, galinhas, verduras, leite na porta, algum artesanato, etc., o diminutivo é um jeito de também diminuir o trabalho delas. Além dessa renda extra ser de grande importância para as despesas dentro do lar, como as temidas contas de luz, é usada ainda para pagar a roupa e o material escolar com que os filhos vão à escola, entre outras coisas. Esquece-se também que a renda auferida vem do que é um excedente das atividades que atendem prioritariamente a subsistência da família: a horta, o pomar, as criações miúdas (porco, galinha, pato...) e o leite vindo da ordenha de poucas vacas.

A senhora vivenciou transformações importantes na universidade, como a institucionalização da pós-graduação, o avanço dos estudos de gênero e a disputa por espaços de pesquisa. Que mudanças mais significativas percebe na relação entre universidade pública e movimentos sociais ao longo das últimas décadas?

Antes de começar a trabalhar na hoje Universidade Federal de Campina Grande em 1976, por dois anos lecionei em duas pequenas faculdades particulares, então iniciei minha carreira docente em 1974, em plena ditadura. Tomávamos cuidado, mas sempre buscando que os alunos tivessem uma visão crítica. Até xerocar parte de livros sem mostrar sua capa fazíamos. Mas, como todos sabem, a década de 1980 foi a década dos movimentos sociais. Também os cursos de pós-graduação começaram a se expandir no Brasil, expansão que continua até hoje. Impossível esperar que o surgimento de tantas contestações à ordem vigente não afetasse as áreas de ciências humanas. Houve um diálogo intenso! Se fizermos uma pesquisa sobre os TCCs, dissertações e teses desse período, haverá certamente uma

predominância de temas ligados a todo tipo de movimentos e organizações urbanas e rurais, dentre os quais, os mais fortes, de certa forma “se impuseram” à atenção da imprensa, da população e das academias. No campo, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) liderou essa chamada a novos temas. Surgiu também o MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras), hoje MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), o MAB (Movimento de Atingidos pelas Barragens), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Em outras regiões do país surgiram movimentos como os das quebradeiras de coco babaçu e coletoras de mangaba. Não vou conseguir citar todos, mas quero mostrar que foram muitos e que perduram até hoje.

A influência das mobilizações foi tão forte que levou a uma ênfase nas chamadas “pesquisas-ação”, às vezes também chamadas de “pesquisas-participante”. Nessas investigações, o pesquisador se assumia como parte do grupo analisado, dividindo com ele os mesmos interesses. Foi um período intenso que incluía a ideia de “dar voz aos oprimidos” e que trouxe muitas contribuições tanto teóricas como metodológicas. Muito se aprendeu. Porém, o envolvimento dos estudiosos nos movimentos tendeu a tornar alguns deles mais militantes que pesquisadores, dificultando um distanciamento necessário para visões mais críticas. Começou a surgir, então, nas academias, uma preocupação com um rigor científico maior, sem que isso levasse à antiga visão de ciência neutra, postura já bastante criticada há décadas. Creio que hoje se vive um momento em que a pluralidade de teorias e métodos convivem nas Universidades, embora algumas vezes sintamos falta de um questionamento mais incisivo das desigualdades sociais tão fortes no Brasil e em muitos outros países.

Você é líder do grupo de pesquisa NAF (Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar), responsável pela formação de várias gerações de pesquisadoras. Como avalia essa trajetória?

Depois que parei de trabalhar, o NAF deixou de existir em meu antigo departamento. Em uma das reformas curriculares anos atrás, a disciplina de Sociologia Rural passou de obrigatória para optativa. Aposentei-me no ano de 2007, mas continuei trabalhando como professora voluntária até 2022 junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Porém, não dei mais aulas na graduação. A composição do quadro docente foi se modificando e os novos professores tinham outros interesses, não menos importantes. Assim, a disciplina passou a não ser mais oferecida e isso influiu na procura de temas rurais entre os candidatos à pós-graduação, situação agravada pela diminuição das possibilidades de orientação.

É natural que eu tenha me sentido entristecida. Muitas filhas e filhos de agricultores

interessavam-se pelo tema e é importante termos profissionais, oriundos da agricultura familiar, que possam assessorar políticas públicas favoráveis a esse segmento tão importante da população. Alguns estudantes procuraram cursar as disciplinas sobre o rural em outras graduações e programas de pós-graduação, porém esta solução não poderia ter vida longa com a diminuição de possíveis orientadores. Felizmente temos docentes voltados para o tema de gênero, feminismo e abordagem socioeconômica da “agricultura familiar” junto à graduação e à pós-graduação no Laboratório de Estudos Rurais no Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Na UDESC (Universidade Estadual de Santa Catarina) também existe interesse, mas sinto que o tema vem perdendo força. Talvez as preocupações agroecológicas possam alimentar novas tendências nesse sentido, já que os movimentos de pequenos agricultores, incluindo o MMC, têm mostrado grande preocupação com questões ambientais. Quanto à formação de pesquisadores, sinto-me satisfeita e honrada ao acompanhar a trajetória profissional de vários ex-alunos e ex-orientados, cuja atuação no campo de ensino, pesquisa e políticas públicas superaram minhas expectativas.

Como a senhora vê os rumos atuais dos estudos feministas no meio rural?

Com muito otimismo! Militantes do MMC, com as possibilidades abertas pelo aumento dos cursos de graduação e pós-graduação e pelos incentivos governamentais em termos de cotas e bolsas, dedicaram-se aos estudos acadêmicos e hoje pertencem aos quadros de diversas academias e essa tendência tem aumentado conforme passam os anos. Vimos surgir um “feminismo camponês” que já se torna presente através de TCCs, dissertações e teses e, também, por publicações fora do âmbito acadêmico. Creio que esse feminismo poderá trazer novos horizontes ao movimento feminista de origem notadamente urbana, do mesmo modo que o feminismo negro abalou o feminismo branco europeu.

É importante salientar uma “democratização” no Brasil quanto ao acesso aos estudos superiores, através de cotas, bolsas e outros incentivos. Como as universidades sempre foram espaço das elites, é evidente que existem críticas a esse fato, mas existem também apoios importantes vindos, principalmente, dos profissionais que se formaram por conta dessas políticas e por aqueles que acompanham seu desempenho enquanto promotores de mais igualdade entre tanta desigualdade existente no Brasil. Lembro-me de como minha geração se surpreendia e se entusiasmava com as origens humildes de dois grandes sociólogos brasileiros: Florestan Fernandes e José de Souza Martins. Acho que as novas gerações terão mais oportunidades de usufruir de conhecimentos criados por esses novos atores sociais.